

Ass. Const.

A Comissão Constitucional e a Educação 29 JUN 1986

CÓPIA DE SEU ARQUIVO

Já tivemos, mais de uma vez, a oportunidade de dizer o que pensamos da pomposamente chamada "comissão de notáveis", ou seja, a Comissão Constitucional imaginada, num momento pouco feliz, pelo falecido presidente Tancredo Neves, e que, em lugar de ser esquecida, acabou sendo efetivada pelo seu sucessor. Essa Comissão não teve e não tem, na realidade, função alguma, já que a Constituinte a ser eleita, e só ela, tem legitimidade para elaborar a próxima Constituição do País que, espera-se, seja equilibrada e possa ser duradoura. A rigor, portanto, o que sai da "comissão de notáveis", integrada até mesmo por algumas personalidades de efetivo relevo na vida do País, que estão longe de constituir a maioria do colegiado ou de conseguir dar a tônica nos seus trabalhos, não oferece, em si mesmo, maior interesse: nem sequer há motivos para esperar que os futuros constituintes, recebendo um mandato popular que os "notáveis" não têm, gastem o seu tempo com a leitura do texto que o sr. Afonso Arinos, como um bonzo da Nova República, virá a entregar ao presidente. O sr. Afonso Arinos, aliás, no passado, já fez coisas bem melhores, quando deputado da antiga UDN, quando professor e quando autor de alguns livros importantes, como o dedicado ao índio brasileiro e à Revolução Francesa ou à biografia de Rodrigues Alves.

Tendo presentes essas circunstâncias, o interesse pelos trabalhos da comissão, além do aspecto jornalístico, centraliza-se, em nossa opinião, na revelação das mais estranhas idéias (?), posições e destemperos de alguns membros de uma assim chamada "elite intelectual", que mostra o seu completo despreparo, a

sua visão "fora de foco" dos problemas nacionais, a sua demagogia e, enfim, mas não em último lugar, o viés ideológico de que não consegue livrar-se. Diz um dos secretários da comissão que esta trabalha com "o olho na história". Seria interessante saber em qual história e, mais interessante ainda, saber se alguém nela se anda imaginando uma espécie de "órgão realizador das leis inelutáveis da História", repetindo um espetáculo que já perdeu a graça e envelheceu demais.

Exemplos de idéias lamentáveis, demagógicas e de inspiração ideológica — para não falar de frases que não chegam a exprimir idéias, de tão vagas e equívocas — temos no título dedicado à Educação, Cultura e Comunicação Social, que estamos publicando, acompanhando-o das sentenças emendas apresentadas pelo prof. Miguel Reale, tentando melhorar, no conteúdo e na forma, o texto a que chegou, pelo menos até agora, o "Comitê Temático".

Quem se der ao trabalho de ler o anteprojeto certamente percebe, sem necessidade de maior comentário, os distates que ele encerra. E quem acompanhou o esforço do prof. Miguel Reale, procurando escolmar do texto o que ele contém de mais estapafúrdio, repetitivo, demagógico, falto de sentido, ideológico, há de ter reforçado a sua percepção inicial.

Não vamos, pois que não vemos necessidade disso, esmiuçar todos os equívocos, impropriedades ou redundâncias que no texto se encontram. Concentraremos nossas atenções em dois ou três pontos, que, por si sós, revelam o que vale o todo. Embora seja difícil dizer qual o distate capaz de levar a palma, como o maior deles, optamos pela letra *a* e o artigo que

trata da "garantia de acesso ao processo educacional". Diz-se aí que essa garantia é assegurada "pela gratuidade do ensino em todos os níveis nos estabelecimentos oficiais, civis ou militares, sendo que 50% de suas vagas — quando disputadas por concurso — pertencerão a candidatos que comprovadamente pertencem a grupos de baixa renda" (grifo nosso). Essa bobagem, copiada e mal copiada de países que a inventaram (a Alemanha comunista, por exemplo) e a abandonaram pelo seu resultado calamitoso, tinha de ser ressuscitada entre nós! Quem pode imaginar tipo maior de segregação (ainda que segregação às avessas) do que esse, que, nas universidades por exemplo, reserva todas as vagas não em função da capacidade, mas da falta de recursos? Cinqüenta por cento dos alunos serão escolhidos em função de sua capacidade; os outros 50% se-lo-ão à vista de atestados de pobreza? Será que a demagogia pretende que se enfrente o problema das disparidades econômicas chocantes com essa mais do que chocante liquidação do ensino (que, no caso, obviamente, só pode ser o secundário — 2º grau — e especialmente o superior), como se coubesse à escola resolver problemas que não são do seu âmbito, instituindo a "justiça social"? A ser conseqüente, o "carente" deve ter o direito ao diploma e à ascensão social, sem considerações maiores acerca de sua capacidade. Coitado de quem, carente ou não, precisar, nos termos da proposta, de um médico, de um dentista ou de um advogado "carente" ou tiver professores "carentes"! Não é assim, certamente, com essa leviandade e com esse primarismo, que se vai melhorar a condição de vida dos que são pobres (à custa de um ensino que já é fraquís-

simo), criando a mais estranha "elite intelectual" ou profissional de que se tem notícia.

Em seguida, acentuemos o verdadeiro "passa-moleque" do artigo que fala da educação ministrada em "regime comunitário ou de livre iniciativa". O que quer dizer isso? Que faz aí esse "comunitarismo" (que Zinoviev diz ser a essência do comunismo), irmão gêmeo do *participacionismo pedagógico* que está acabando com a nossa escola, pelo menos se admitirmos que *a escola é um local onde se deve ensinar e se deve aprender*? Se é que tal expressão significa alguma coisa, provavelmente se refere à "paulofreirice" do mutualismo em que o aluno que não sabe e o professor que deveria saber se ensinam ao mesmo tempo e no mesmo nível e que não é mais do que um aspecto dessa "escola de bárbaros" de que falam, em um livro recente e de mais alta relevância, Isabelle Stal e Françoise Thom (*L'école des barbares*, Julliard, 1985), que deveria ser urgentemente traduzido para o português.

Apenas mais uma observação: esta, como nota o prof. Reale, se refere não a algo que se diga, mas a uma omissão: não se fala mais nos concursos públicos para cargos docentes. Vemos no fato a consagração dos interesses de um poderoso lobby, ao qual provavelmente deve ligar-se aquela associação da UFRJ que quer chegar sem tropeços ao fim da carreira e à qual já dedicamos um merecido comentário.

Muito mais haveria a dizer. Parece-nos, contudo, que a amostra já é uma overdose, que dispensa maiores comentários (a não ser acerca da comunicação social, sobre a qual voltaremos oportunamente).